

A URBANIZAÇÃO DO BRASIL E AS DIFERENTES DIVISÕES TERRITORIAIS DO TRABALHO AO LONGO DO TEMPO

Cíntia Neves Godoi

Doutoranda em geografia pela UFG
cngodoi@yahoo.com.br

João Batista de Deus

Prof. Dr. do IESA - UFG
deus.joão@gmail.com

RESUMO

Entender como os processos de urbanização vão se consolidando e vinculando interesses externos ao Brasil e, conseqüentemente, às diferentes divisões territoriais do trabalho ao longo do tempo se define como o objetivo deste artigo. Nossa hipótese trata o processo de urbanização como uma conseqüência de interesses voltados a uma divisão territorial do trabalho, ou seja, entendemos que a urbanização vai refletir, de forma geral, o projeto de produção mundial, nacional, regional ou local e, conseqüentemente, quanto mais transformadas as produções, quanto mais adensadas, mais complexas se tornam as redes urbanas e as redes de relações. Para compreender como a divisão do trabalho se processa no Brasil propusemos uma breve periodização do processo histórico relacionado às diferentes divisões territoriais do trabalho, buscando esta possibilidade tanto como um exercício metodológico, quanto como possibilidade de pensar a história do ponto de vista das relações do espaço ou que se estabeleceram no espaço. Os períodos históricos foram definidos com base na tradicional divisão da história do Brasil em períodos que assumem, por fins didáticos, as divisões entre período Colonial, Monárquico, Primeira República, Estado Getulista, Experiência Democrática e Regime Militar associado à transição deste para a Democracia.

Palavras-Chave: Urbanização, Diferentes divisões territoriais do trabalho, Brasil.

THE URBANIZATION OF BRAZIL AND THE DIFFERENT TERRITORIAL DIVISIONS OF THE WORK ALONG THE TIME

ABSTRACT

This paper objective is to comprehend how the urbanization process connects foreign interests to Brazil, and consequently, to the different work territorial divisions along the time. Our hypothesis analyses the urbanization process as a consequence of interests connected to a work territorial division as we understand this urbanization will reflect the international, national, regional or local production project and the fact that the more changes in the production, the more complex become the urban network and relationship networks. To better understand how this process of division happened in Brazil we propose a periodization of the historic process linking the different work territorial divisions, searching this possibility as a methodological exercise, and as a possibility to think the history in a spatial relationship or the relationships established in the space. The historic periods were divide based in a traditional way which assumes, for didactic questions, the divisions of Colonial period, Monarchy period, First Republic, State of Getúlio, Democratic Experience and Military State linked to the transition to Democracy.

Key-Words: Urbanization, Different Work Territorial Divisions, Brazil.

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização no Brasil ocorreu de forma bastante heterogênea tanto no tempo, quanto no espaço. Diferentes áreas, em diferentes períodos do tempo, desde a chegada dos

Recebido em 31/02/2009

Aprovado para publicação em 24/05/2009

portugueses, foram sendo urbanizadas.

Sabemos que durante o século vinte o Brasil sofreu um processo profundo de urbanização com dados que apontam a inversão de uma sociedade rural para uma sociedade urbana. E, que na década de 2000, o processo de urbanização brasileiro se confirma pela concentração de 81,2% da população, que ultrapassa 194 milhões.

Embora seja concentrada em sua maioria nas áreas urbanas, a população está disposta no território de maneira desigual. Sempre esteve, pois em seu processo inicial se concentrava nas áreas litorâneas e foi sendo generalizada ao longo do século XX, mesmo que, ainda hoje, a maior parte esteja situada nas áreas litorâneas.

Mas, por que as cidades se dispõem de maneira heterogênea no território? Qual é o indutor da urbanização no território?

Nossa hipótese trata o processo de urbanização como uma conseqüência de interesses voltados a uma divisão territorial do trabalho, ou seja, a urbanização vai refletir, de forma geral, o projeto de produção mundial, nacional, regional ou local e, conseqüentemente, quanto mais transformadas as produções, quanto mais adensadas, mais complexas se tornam as redes urbanas e as redes de relações.

Entender como esses processos vão se consolidando e vinculando interesses externos ao país e, conseqüentemente, às diferentes divisões territoriais do trabalho ao longo do tempo se define como o objetivo deste artigo que se desenvolveu sob influência da idéia de Santos (1996):

Um estudo da divisão territorial do trabalho sob o enfoque do tempo, comporta pelo menos, duas entradas, duas acepções. Uma delas analisaria as divisões do trabalho sucessivas, ao longo do tempo histórico uma cadeia das transformações ocorridas, suas causas e conseqüências, os períodos estabelecidos e a sua duração, os lugares de sua incidência. A outra levaria reconhecer as divisões do trabalho sobrepostas, num mesmo momento histórico (SANTOS, 1996 p. 135).

Após apresentar as duas acepções possíveis, Santos (1996) opta por abordar apenas a análise que busca reconhecer a sobreposição das divisões do trabalho que se sobrepõem e se apresentam no espaço num mesmo momento histórico. Em nosso artigo, não buscamos excluir esta acepção, mas exercitar a idéia que permite vincular as divisões do trabalho sucessivas ao longo do tempo e suas transformações no espaço.

Nosso entendimento de Divisão Territorial do Trabalho parte de uma análise histórica do termo, mas aborda-o pelo olhar da análise geográfica.

Sabemos que a idéia de Divisão Territorial do Trabalho surge *a priori* apenas como Divisão do Trabalho, advinda da Economia, utilizada por Adam Smith em sua análise sobre o início da produção industrial que, influenciado pela Fábula das Abelhas de Mandeville, desenvolve o termo em sua obra *A Riqueza das Nações*.

Para Smith, a divisão do trabalho era uma inserção revolucionária na produção porque proporcionava aumento e diversificação da produção em determinadas circunstâncias. Com isso, os indivíduos têm transformadas as suas capacidades de produção em função da difusão de diferentes culturas, técnicas e políticas.

Mas, pensando numa análise que retira o pensamento exclusivo nos indivíduos e o vincula ao espaço, podemos analisar como as relações se estabelecem neste. Como, a difusão de técnicas, culturas e políticas podem transformar, aumentar, definir, especializar, influenciar ou dinamizar a produção espacial. Com isso, o espaço e a sociedade têm transformada sua característica pretérita de independentes ou autárquicos.

Antes [...], a maioria das regiões produzia quase tudo de que necessitava para sua reprodução, produzia-se de quase tudo em todos os lugares; vivia-se praticamente em autarquia. Hoje, assistimos à especialização funcional das áreas e lugares, o que leva à intensificação do movimento e à possibilidade crescente das trocas (SANTOS, p. 51, 1988).

A divisão do trabalho, então, gera o aumento da produção do trabalho que é ocasionado, segundo Smith (1999), em primeiro lugar pelo acréscimo de destreza do trabalhador que

umenta a quantidade de trabalho que ele pode realizar, pois, reduzindo a atividade de cada homem a uma simples tarefa e tornando esta a única atividade deste homem, este aumentará sua destreza. Em segundo pela vantagem ocasionada pela divisão do trabalho é a vantagem decorrente da economia de tempo que era perdido quando o homem passava de uma tarefa à outra. Em terceiro em função da facilidade causada pela utilização de máquinas.

Considerando uma análise geográfica ou espacial, podemos compreender que a lei também é válida para os lugares, já que, quanto maior a concentração de uma atividade ou função em um lugar, possivelmente, maior destreza, ou melhor, mais especializado ele se tornará; esta especialização ocasiona uma produção melhor qualitativa e quantitativamente. Em uma Divisão Espacial do Trabalho podemos perceber que algumas infra-estruturas auxiliam na economia de tempo, ou na dinamização da produção, são elas: as comunicações e os transportes. A utilização das máquinas pode ser compreendida não só pelas máquinas em si, mas através das grandes estruturas e sistematizações bem como organizações do espaço, criadas de maneira a fortalecer ou gerar as especializações ou as novas áreas produtivas.

Sendo assim, para compreender como a divisão do trabalho se processa no Brasil propomos uma breve periodização do processo histórico relacionado às diferentes divisões territoriais do trabalho, buscando esta possibilidade tanto como um exercício metodológico, quanto como possibilidade de pensar a história do ponto de vista das relações do espaço ou que se estabeleceram no espaço.

Os períodos históricos foram definidos com base na tradicional divisão da história do Brasil em períodos que assumem, por fins didáticos, as divisões entre período Colonial, Monárquico, Primeira República, Estado Getulista, Experiência Democrática e Regime Militar associado à transição deste para a Democracia. No entanto, associamos alguns períodos para possibilitar uma análise breve.

Para dar conta dessa análise, traremos as contribuições críticas de Eduardo Galeano (1978) que vincula a formação da rede urbana como uma especialização para uma divisão territorial do trabalho voltada aos interesses estrangeiros; analisaremos também o olhar de Boris Fausto (2001) que argumenta que a dinâmica do Brasil não esteve apenas ligada aos interesses externos, mas que havia no interior do território uma dinâmica que demonstrava uma vida também independente desses interesses.

Para dialogar com a Geografia, traremos a abordagem de Milton Santos (1982, 1993, 1996) sobre como o espaço urbano se estrutura articulando diferentes interesses. Santos, em termos gerais, concorda com a visão de Eduardo Galeano, apresentando uma análise que enxerga a urbanização como processo, forma, conteúdo e função e, a concordância está justamente no fato de que o geógrafo analisa a urbanização como um objeto funcional da divisão territorial do trabalho, que especializa o território e o insere ou chama novas partes deste a serem inseridas na estruturação de uma produção mundial.

Buscamos, neste artigo, portanto, propor entender a urbanização do país do ponto de vista das sucessivas divisões territoriais do trabalho, pois sabemos que esta não necessariamente é internacional, ela pode ser interescalar: local, regional, nacional ou internacional e é esta dinâmica espacial das relações que queremos alcançar.

Colônia e metrópole: a primeira divisão territorial do trabalho do Brasil (1500 a 1889)

A primeira Divisão Territorial do Trabalho do Brasil tem início quando da chegada dos Portugueses em 1500 e segue até 1889. Delimitamos este período em função da característica central deste recorte temporal relacionar os territórios do Brasil, Portugal e Inglaterra quase que exclusivamente. Estendemos o período de colonização ao de monarquia em função da Monarquia continuar representando os interesses de Portugal, mesmo quando se mudou para o Brasil.

Neste primeiro período da história do país podemos dizer que a divisão territorial do trabalho, de uma forma geral, relacionou os interesses entre o Brasil Colônia e a Metrópole Portugal, ou seja, os territórios envolvidos na divisão do trabalho compreendiam apenas uma parte do Brasil, mais especificamente o litoral, Portugal e a Inglaterra, em função das exclusividades de negociação entre esses dois últimos países. Esta é a primeira divisão territorial do trabalho que, como veremos a seguir, vai sendo formada para atender os interesses de Portugal e da Inglaterra (principalmente), mas que desenvolve paralelamente divisões do trabalho internas.

Eduardo Galeano em sua obra "As veias abertas da América Latina" critica a divisão do trabalho na América Latina. Para ele esta se estabelece de modo unilateral, pois as especializações territoriais se dão, todas, de maneira a estruturar a produção para abastecer a Europa e os Estados Unidos.

Para Corrêa (1989) as cidades se estruturam como um reflexo e ao mesmo tempo uma condição da divisão territorial do trabalho e, se as cidades são um reflexo dessa divisão é porque estão estruturadas também de maneira a atender uma divisão não só territorial do trabalho, mas a uma divisão internacional do trabalho.

Galeano (1978) identifica a existência de dois lados na divisão internacional do trabalho, na qual alguns países se especializam em ganhar e outros em perder. Para ele, a cadeia de relações, que se estabeleceu entre as metrópoles e os satélites, demonstra que as regiões mais marcadas pelo subdesenvolvimento e pobreza são aquelas que no passado tiveram laços mais estreitos com a metrópole, são as regiões que foram mais produtivas em termos de exportação, que viram ao longo de seu desenvolvimento histórico sua produção escoar para a Europa ou Estados Unidos e findar quando da decadência do produto, ou mudança nas necessidades desses produtos.

Na primeira Divisão Territorial do Trabalho do Brasil um exemplo marcante do desenvolvimento voltado à exportação foi a mineração, iniciada no século XVII, em Minas Gerais. Estas atividades significaram, além da consolidação dos interesses no Brasil Colônia, uma dinâmica maior no interior do território e uma urbanização embrionária.

Segundo Galeano, (1978) a exploração do ouro, ao longo do século XVIII, superou toda a produção que a Espanha extraiu de todas as suas colônias durante os dois séculos anteriores. Esta altíssima potencialidade de enriquecimento permitiu um enorme fluxo de imigrantes em função das possibilidades do enriquecimento, ou da necessidade de atividades que dessem suporte às áreas mineradoras. Esta nova demanda de pessoas acentua a dinâmica regional e comercial.

[...] O Brasil tinha 300 mil habitantes em 1700; um século depois, no final dos anos do ouro, a população tinha-se multiplicado onze vezes. Não menos de 300 mil portugueses emigraram para o Brasil durante o século XVIII, "um contingente maior de população... do que a Espanha levou a todas suas colônias da América". Estima-se em uns dez milhões o total de negros escravos introduzidos desde a África, a partir da conquista do Brasil até a abolição da escravatura: apesar de não se dispor de cifras exatas para o século XVIII, deve ter-se em conta que o ciclo do ouro absorveu mão-de-obra escrava em proporções enormes (GALEANO, 1978, p. 38).

Em 1700, Portugal assinou o Tratado de Methuen com a Inglaterra obrigando os portugueses a comprar manufaturas exclusivamente dos ingleses à custa de vantagens na venda de sua produção de vinhos no comércio inglês. Este acordo de exclusividade obrigou Portugal a explorar cada vez mais suas colônias, ou seja, abriu-se uma via direta de exploração das colônias portuguesas para a Inglaterra. E, foi este acordo que ampliou, mesmo que indiretamente, a divisão internacional do trabalho da qual o Brasil já estava inserido.

Não era com vinho que se pagavam os tecidos ingleses, mas com ouro, com o ouro do Brasil, e neste processo ficariam paralisados os teares de Portugal. Portugal não se limitou a matar o embrião de sua própria indústria, mas também, de passagem, aniquilou os germes de qualquer tipo de desenvolvimento manufatureiro no Brasil. O reino proibiu o funcionamento de refinarias de açúcar em 1715; em 1729, declarou como crime a abertura de novas vias de comunicação na região mineira; em 1785, determinou o incêndio aos teares e fiadores brasileiros (GALEANO, 1978, p. 40).

Quanto maior a exploração, maior o mercado e a dinâmica no interior do Brasil. Como exemplo é possível identificar as transformações territoriais ocorridas em função do contrabando. Embora a maior parte do ouro não ficasse no país, o contrabando, mesmo destinado à exportação, estimulava a inserção de outras áreas nas proximidades da região produtora, pois as atividades de fuga dos impostos requeriam novas áreas que não pertencessem à província de Minas Gerais para burlar o sistema de captação desses impostos. O desenvolvimento do povoado de Desemboque no atual Triângulo Mineiro foi um exemplo de transformação no território em função das tentativas de burlar o sistema de impostos da Metrópole.

A descoberta de ouro em Goiás e no Mato Grosso também estimulou a interiorização dos processos para estas áreas mas, em função da menor produtividade dessas minas, a dinâmica gerada foi menor e durou menos tempo.

A necessidade de produção alimentícia para abastecimento da mineração também exigiu outras áreas produtoras ou pela proximidade das áreas produtoras que foram inseridas na divisão do trabalho pela disposição de terrenos férteis para plantio e ou criação de animais.

Portanto, a rede urbana brasileira em desenvolvimento podia ser caracterizada por um grau limitado de diversificação funcional de seus centros, associados principalmente ao papel que desempenhavam como localidades centrais e, ou regionais.

Com a mineração, a criação de gado e algumas áreas de cultivo de alimentos (nesta ordem de importância) foi assinalado o início do dinamismo do interior do território e da embrionária urbanização brasileira. Segundo Pierre Denfontaines (1944), podemos associar algumas atividades aos tipos de cidades que vão surgindo: as cidades do ouro, do diamante, das estradas de ferro, de passagem, bocas de sertão e cidades planejadas pelas companhias de colonização. Assim, a nascente urbanização,

[...] foi devida, de um lado, à mineração e, de outro, à criação de gado nas fazendas. A exploração dos diamantes e do ouro foi responsável pela existência de inúmeros núcleos de vida urbana no interior dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso. Três áreas principais de criação de gado despontavam nos albores do século XIX: os sertões do Norte e Nordeste, que abasteciam a zona agrícola do litoral, a zona de mineração, Minas Gerais, que contavam com melhores condições técnicas, e os campos do Sul, que serviram à produção de couro e charque (PRADO JÚNIOR, 1945, pp. 185, 192 e 198).

Cumprido esclarecer que, segundo o mesmo autor, este avanço para as áreas mais centrais do continente não retirou a importância demográfica do litoral, pois até o início do século XIX, 60% de uma população de 3 milhões de habitantes, concentrava-se nas áreas litorâneas.

Contrariando a idéia central de Galeano (1978), o historiador Boris Fausto em sua obra "História Concisa do Brasil" vem argumentar que, embora houvesse o interesse em criar um país totalmente dependente dos interesses e ações estrangeiras a dinâmica do Brasil parece caminhar com certa independência antes mesmo da proclamação da república.

[...] a partir, sobretudo dos livros de Caio Prado Junior, a grande maioria dos historiadores considerou que o sentido mais profundo da colonização é dado pelos objetivos da metrópole portuguesa de fazer do Brasil uma colônia de exploração. Esse objetivo consistia em organizar a economia colonial de tal forma que a produção em grande escala para a exportação geraria ganhos e acumulação de capitais na Metrópole (FAUSTO, 2001, p. 57).

A interpretação de Caio Prado Junior é considerada correta, pois a intenção da Coroa Portuguesa era de fato fazer do Brasil e de todas as suas colônias áreas de exploração. Mas, segundo Fausto, (2001) alguns trabalhos recentes sobre história do Brasil começam a colocar em dúvida se esta intenção foi alcançada.

Uma das linhas de interpretação que evidencia certa independência da dinâmica nacional, cujo maior representante no passado foi Capistrano de Abreu, está relacionada às atividades econômicas destinadas ao mercado interno e um desligamento cada vez maior da Colônia com a Metrópole. Nessa linha, o trabalho de Jorge Caldeira (1999) aponta a importância da produção gaúcha de gado, carne seca, trigo, mueres enviados a feira de Sorocaba – SP. Outros trabalhos apontam o comércio de escravos, em que o Rio de Janeiro cria uma dinâmica de tráfico da qual Portugal não tinha controle.

Neste sentido, Fausto critica a idéia que relaciona a economia do Brasil, exclusivamente, aos ciclos dos produtos endereçados ao mercado externo.

As pesquisas recentes tiveram o grande mérito de demonstrar que a economia do Brasil colonial não pode ser entendida como uma sucessão de ciclos – ciclo do açúcar, do ouro etc. – tendo características bem mais complexas. Também é importante insistir no significado do comércio de escravos, dando origem a um setor social que chegou a ser mais relevante do que o dos grandes proprietários rurais (FAUSTO, 2001, p. 58).

Todavia, o autor faz a ressalva:

Convém, entretanto, ter cuidado e não ir demasiado longe. A economia de exportação, que muitas vezes impulsionou atividades ligadas ao mercado interno, foi um eixo vital da Colônia e não só dela, quando se recorda o papel central desempenhado pela economia cafeeira desde meados do século XIX até em torno de 1930 (FAUSTO, 2001, p.58).

Portanto, fica a questão, será que considerar uma dinâmica relativamente independente invalida a crítica de Galeano, quando este aponta todo o desenvolvimento de atividades e urbano como especializações que visam atender a uma divisão internacional do trabalho? É possível enxergar a dinâmica interna de comercialização e desenvolvimento urbano como independente dos interesses externos ou, esses processos fazem parte de uma especialização e desenvolvimento do país que atendem justamente as necessidades estrangeiras, pois estas são cada vez mais exigentes em termos de consumo e de produção?

República e centros mundiais: a segunda divisão territorial do trabalho do Brasil (1889 - 1945)

A segunda Divisão Territorial do Trabalho do Brasil pode ser relacionada com o período que se estende do ano de 1889 e segue até 1945. Este recorte temporal foi selecionado porque a partir da consolidação do Brasil como República tem-se um marco que evidencia o interesse por independência. A proclamação da república foi associada ao período de governo de Getúlio Vargas porque ambos os períodos buscaram afirmar seu território como potencialmente independente e produtivo. Além disso, outra característica deste período foi a busca de negociação com outros países, além de Portugal e Inglaterra, que ampliaram a divisão internacional do trabalho à qual o Brasil nunca rompeu, mas buscou novos espaços para se relacionar.

Na concepção de Santos (1993) para entender a dinâmica do território e o processo de urbanização é preciso pensá-los como processo, forma, conteúdo e função. Nessa linha, tratamos da urbanização compreendida como um processo por entender que esta decorre de um contexto de desenrolar histórico e está ligada a diferentes acontecimentos da história não só nacional como global. Pensamos a urbanização como forma heterogênea, concentrada ainda nas áreas litorâneas, mas com redes de cidades disseminadas no território. Associamos, também, a este processo os agentes e interesses políticos, econômicos, culturais e sociais, que formam seu conteúdo. Além disso, a urbanização deve ser entendida numa análise interescalar, compreendendo a materialização dos processos nas cidades através de influências locais e globais. No entanto, como pensar a função?

Pensando na função dos processos de urbanização e dinamização do território apresentamos duas idéias distintas; uma que entende os processos nacionais como funcionais de uma lógica de exploração a partir dos centros (Europa e Estados Unidos) e outra que pensa os processos nacionais como funcionais de uma dinâmica interna que se estabelece paralela aos interesses estrangeiros, como ações de uma lógica também independente. Ambos os pensamentos se estruturam de modo a compreender como se transforma a divisão do trabalho no território brasileiro.

Segundo Santos (1996), a divisão do trabalho é, em geral, abordada como divisão territorial do trabalho, justamente por que, como geógrafo, este sempre esteve preocupado com uma abordagem que inserisse o espaço como variável, entendendo que os processos ocorrem transformando o espaço e que o próprio espaço pode influenciar nos processos.

Portanto, os usos do território constituirão a especialidade destes em um dado tempo. Estes períodos de especialização vão impor diferenciações nas relações da sociedade em construção no espaço.

O período do café, por exemplo, mesmo tendo sido iniciado na primeira divisão territorial do trabalho, em 1850, tem o auge de suas transformações espaciais no final do século XIX. Pois, em seu início teve que enfrentar diversos problemas, como as exigências da Inglaterra para o fim do trabalho escravo, para se consolidar como uma produção primordial para o país.

No último decênio do século XIX criou-se uma situação excepcionalmente favorável à expansão da cultura do café no Brasil. Por um lado a oferta brasileira atravessou uma etapa de dificuldades, sendo a produção asiática

grandemente prejudicada por enfermidades, que praticamente destruíram os cafezais da Ilha de Ceilão. Por outro lado, com a descentralização republicana o problema da imigração passou às mãos dos Estados, sendo abordado de forma muito mais ampla pelo Governo do Estado de São Paulo, vale dizer, pela própria classe dos fazendeiros de café. Finalmente, o efeito estimulante da grande inflação de crédito desse período beneficiou duplamente a classe de cafeicultores: proporcionou o crédito necessário para financiar a abertura de novas terras e elevou os preços do produto em moeda nacional com a depreciação cambial (FURTADO, 2000. p. 191).

Essa nova fase de ascensão do café, proporcionada pela mão de obra não mais apenas dos escravos, mas agora também dos imigrantes, foi aos poucos se direcionando às áreas do interior do país. Pois, muitas dispunham de solos férteis que estavam subutilizados no que tange a produção voltada à exportação.

Em 1856, a São Paulo Railway chegava a São Paulo, vinda de Santos com destino a Jundiaí. O barão de Mauá, apoiado por capitalistas ingleses, havia apostado no futuro da cafeicultura paulista e investido na modernização do transporte. Com a ferrovia, a cidade de São Paulo se fortaleceu enquanto ponto de conversão de rotas que ligavam o interior do Estado, o Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso a Santos – e o sul do país ao Rio de Janeiro. A atividade comercial teve grande estímulo e, em decorrência, a industrialização, agora possível com a subida de máquinas pela estrada de ferro, superando as limitações impostas pelas escarpas da Serra do Mar desde o início da colonização, torna-se efetiva. Em contraste com a decadente cafeicultura escravocrata do Vale do Paraíba, os cafezais da Mogiana e, posteriormente, os do Oeste Paulista prosperavam, devido à melhor qualidade das terras e à prática de relações de emprego tipicamente capitalistas, com o trabalho assalariado dos imigrantes, o que proporcionava o surgimento de um embrionário mercado interno (PONTES, 2003 p.14 e15).

A partir do período cafeicultor, portanto, o que vimos ao longo da história do Brasil será alterado. Vimos diversas áreas se especializando em produtos diferentes justamente porque as infra-estruturas e a política nacional não davam conta ainda de uma interligação dos interesses no território.

[...] “a explicação pode ser buscada nas mudanças ocorridas tanto nos sistemas de engenharia (materialidade), quando no sistema social. De um lado, a implantação de estradas de ferro, a melhoria dos portos, a criação de meios de comunicação atribuem uma nova fluidez potencial a essa parte do território brasileiro. De outro lado, é aí também onde se instalam sob os influxos do comércio internacional, formas capitalistas de produção, trabalho, intercâmbio e consumo, que vão tornar efetiva aquela fluidez. Trata-se, porém, de uma integração limitada, do espaço e do mercado, de que apenas participa uma parcela do território nacional” (SANTOS, 1993, p. 29).

Estas mesmas áreas, São Paulo e seu entorno, serão transformadas e diferenciadas crescentemente em relação ao restante do território brasileiro, pois a dinâmica das novas materialidades e das transformações no sistema social permitirão o desenvolvimento do processo de industrialização.

Segundo Santos,

Esse primeiro momento durará até a década de 1930, quando novas condições políticas e organizacionais permitem que a industrialização conheça de um lado, uma nova impulsão, vinda do poder público e, de outro, comece a permitir que o mercado interno ganhe um papel, que se mostrará crescente, na elaboração, para o país, de uma nova lógica econômica e territorial (SANTOS, 1993, p. 30).

Portanto, a produção do café permitiu o acúmulo de capitais que levou ao início do processo de industrialização. A partir da década de 1930, o investimento passa a ser também público, passa a ter um apoio maior do Estado. Esta união entre técnica e capital permitirá que a partir dos anos 1940 e 1950 a lógica da industrialização prevaleça. Entendendo industrialização como,

[...] processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a

expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terceirização) e ativa o próprio processo de urbanização (SANTOS, 1993, p. 30).

É após o início desse processo de industrialização, que reforçou uma sociedade urbana, que se deu a inversão de uma sociedade que vivia eminentemente no campo para uma sociedade cuja maior parte passa a habitar as cidades.

O capital do café e seus empreendedores, portanto, trouxeram para a área produtora, o sudeste do país principalmente, fluxos de imigrantes e ferrovias que juntamente com a sociedade foram transformando o espaço e as relações fazendo avançar novas frentes de ocupação no interior do país e exportando quase toda a produção.

A possibilidade de comercializar ou buscar parcerias no processo produtivo significava transformação na história das relações internacionais do Brasil. Pois, saindo de uma divisão do trabalho que concentrava as relações entre o Brasil e Portugal, (e, indiretamente Brasil e Inglaterra) o país diversificou sua rede de relações quando estabeleceu negócios com os Estados Unidos e a Alemanha.

A aproximação do Brasil com os Estados Unidos se deu quando da proclamação da República, pois a Inglaterra viu com restrições ao passo que os Estados Unidos, também recém República, dividiu anseios e interesses comuns.

O nítido descolamento do eixo da diplomacia brasileira de Londres para Washington se deu com a entrada do barão do Rio Branco para o Ministério das Relações Exteriores, onde permaneceu por longos anos, entre 1902 e 1912, atravessando várias sucessões presidenciais. A política de Rio Branco não representou um alinhamento automático com os Estados Unidos, mas uma forte aproximação, com o objetivo de alcançar para o Brasil a posição de primeira potência sul-americana (FAUSTO, 2001, p. 142).

Outro exemplo que remete à diversificação de relações do Brasil está vinculado ao primeiro governo de Getúlio Vargas, compreendido de 1930 a 1945. Esse governo centralizador na política e economia teve início em meio à grave crise de 1929 e, no que diz respeito às relações internacionais, teve como característica principal, estabelecer relações com diferentes países.

A crise de 1929 acentuou o declínio da hegemonia inglesa e a ascensão dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, a Alemanha emergia no cenário internacional como um país competidor, especialmente a partir de 1933 com a ascensão dos nazistas e suas pretensões de líder hegemônico.

Diante do quadro de ascensão dos dois países, que rivalizavam a hegemonia mundial, os Estados Unidos e a Alemanha, o Brasil adotou uma postura pragmática em sua política externa: negociaria com quem oferecesse melhores condições. A política externa pragmática se estruturou então para obter vantagens em negociações aproveitando a possibilidade de concorrência e de rivalidade entre os dois países.

Com isso, houve uma expansão da divisão internacional do trabalho, que através da concorrência e rivalidade dos países permitiu novas áreas para convergência de fluxos.

O período 1934 – 1940 caracterizou-se pela crescente participação da Alemanha no comércio exterior do Brasil. Ela se tornou a principal compradora do algodão brasileiro e o segundo mercado para o café. [...] As transações com a Alemanha eram atraentes não só para certos grupos exportadores como também para os que defendiam a necessidade de modernizar e industrializar o país. Os alemães acenaram sempre com a possibilidade de romper a linha tradicional do comércio exterior das grandes nações, oferecendo material ferroviário, bens de capital etc. (FAUSTO, 2001, p. 209).

Quando da eclosão da Segunda Guerra Mundial, a Inglaterra estabeleceu um bloqueio para impedir as relações entre os países da América Latina e a Alemanha. No entanto, a Inglaterra não tinha forças para executar o bloqueio e tirar vantagens da ausência de fluxos. Nesse cenário, os Estados Unidos reforçam suas relações com os países da América Latina. Neste mesmo contexto da Segunda Guerra Mundial, ocorre no Brasil o início do processo de

industrialização.

As dificuldades durante a década de 30 e as decorrentes da Segunda Guerra Mundial restringiram o investimento industrial, por força, principalmente da restrição da capacidade para importar. Ainda sim, o esforço interno de inversão foi positivo e, no caso de São Paulo, aquela pequena incursão de capital estrangeiro que havia ocorrido na década anterior continuaria ampliando e diversificando sua base produtiva. Além da expansão dos segmentos produtores de bens de consumo corrente, os de bens de produção cresceram a taxas muito mais elevadas, notadamente cimento, metalurgia, mecânica, química, material de transporte e elétrico (CANO, 1985, p. 77).

O surgimento das indústrias e dos empreendimentos internos, embora haja divergências sobre os agentes de sua gênese, foram os responsáveis por auxiliar o país a superar a crise de 1929.

[...] O setor industrial era [...] favorecido duplamente: por um lado, porque a possibilidade de concorrência externa se reduzia ao mínimo através do controle das importações, por outro porque as matérias primas e os equipamentos podiam ser adquiridos a preços relativamente baixos (FURTADO, 2000, p. 223).

Apoiando uma política externa independente, estimulando o mercado interno, a indústria nacional e a ocupação e dinamização do território, Getúlio Vargas ascende como um dos agentes responsáveis pela segunda divisão territorial do Brasil. Seu discurso sobre a criação de Goiânia, capital projetada para o Estado de Goiás permite perceber a intenção de tornar fluido o território.

Sob o Império e a Primeira Republica, crescemos longitudinalmente, à orla das águas atlânticas. O Brasil vivia voltado para fora, e o sentido da sua cultura era a de evasão, o retorno ao continente dos descobridores. Com a revolução de 30, movimento de revigoração nacionalista, e o advento do Estado Novo, que veio dar forma política às tendências profundas na nacionalidade, modificaram-se esses rumos incertos e dispersivos, e a civilização brasileira tomou o caminho dos paralelos, restaurada nas suas raízes históricas. [...] O vosso planalto é o miradouro do Brasil. [...] vastas pastagens, onde os rebanhos podem multiplicar-se, matérias-primas minerais abundantes e das mais necessárias ao progresso; possibilidades incontáveis de cultura e industrialização. [...] torna-se imperioso localizar no centro geográfico do País grandes forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura. Do alto dos vossos chapadões infundáveis, onde estarão amanhã os grandes celeiros da nação, deverá descer a onda civilizadora para as planícies do Oeste e Noroeste. [...] persistiremos na disposição e suprir barreiras que separam zonas e isolam regiões, de sorte que o corpo econômico nacional possa evoluir homoganeamente, e a expansão do mercado interno se faça sem nenhum entrave (IBGE, 1942 apud DAHER, 2003, p. 35 e 36).

Brasil e produtores mundiais: a terceira divisão territorial do trabalho do Brasil (1945 - até os dias atuais)

A terceira Divisão Territorial do Trabalho do Brasil pode ser relacionada com o período que se estende do ano de 1945 e segue até os nossos dias atuais. Este recorte temporal agrega a continuidade do processo de abertura do Brasil aos mercados internacionais, às relações internacionais, e, mais recentemente, ascende o país ao papel de representante de diversos países do hemisfério sul nas negociações internacionais. Neste sentido, a rede de relações, a divisão do trabalho agrega fluxos de diversos continentes, não só da Europa e América. Esta rede de relações não só estabelece negociações, mas, racionaliza o espaço de forma a estruturar uma produção mundial em que diversas etapas do processo de produção de determinados produtos se encontram divididas e espalhadas pelo mundo.

As novas possibilidades de comunicação e o desenvolvimento da indústria permitiram a continuidade das transformações e complexificações tanto no âmbito das relações socioeconômicas quanto territoriais.

O vínculo indústria e urbanização é apontado Lefebvre (2001) como uma relação entre indutor e induzido, em que a indústria é a responsável pelas transformações na sociedade. A cidade, a

partir da industrialização, se torna um dispositivo para a organização planejada da produção e do consumo. E, o consumo será voltado tanto aos produtos, quanto ao espaço, ou seja, a cidade deixa de ser uma estrutura física para ser também um modo de vida e um produto para consumo.

Paralela a esta análise entre industrialização e urbanização, pode ser feita, de modo geral, outra análise envolvendo a produção ou os serviços, pois a existência da dinâmica de uma produção seja para atender um mercado local, regional, nacional ou global, altera a sociedade local, induzindo aos poucos transformações. Segundo Santos (1982), para se consolidar como um fenômeno urbano, a sociedade se estabelece no território através de diversos fatores como o comportamento geográfico, o grau de modernização e de organização dos transportes, o nível de industrialização, o grau de redistribuição de renda entre os produtores, os efeitos da modernização sobre a política, sociedade, cultura e ideologia. Assim,

A cada momento histórico, a combinação desses fatores nos dá o nível da urbanização e a sua geografização nos dá o padrão de distribuição das cidades, a forma da sua rede urbana, assim como o perfil urbano de um país, isto é, o tamanho respectivo das suas cidades dentro de um sistema (SANTOS, 1982, p. 38 e 39).

Quando Santos (2008) diz que no Brasil havia subespaços que não mantinham relação de interdependência, ele nos ajuda a concluir que as críticas de dependência aos interesses estrangeiros estão sim corretas, principalmente porque fica visível que não havia uma estrutura urbana que se relacionasse para uma construção nacional, não havia um plano de produção do país, pelo país. A palavra subespaços também nos auxilia a compreender uma crítica, pois subespaços não constituem um território articulado. As lógicas eram próprias dos subespaços como citamos acima. Entretanto, existência de subespaços deixa clara a idéia de dinâmica interna. Em suas palavras,

O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, pólos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes (SANTOS, 1993, p. 29).

A sociedade brasileira cresce não só em número de habitantes das cidades, mas, de uma forma geral, pois após a década de 1950 as taxas de natalidade aumentam enquanto diminuem as taxas de mortalidade. Este fenômeno se deu em função dos progressos sanitários, das melhorias relativas no padrão de vida e da própria urbanização. Mas, este fenômeno também não se deu de forma homogênea, justamente porque, como dissemos anteriormente, algumas áreas estavam se especializando, acumulando capitais e possibilitando investimentos, enquanto outras ainda eram consideradas fronteiras.

Após a fase de inversão da população, tem início uma fase que ainda é tida como atual denominada por Santos (2008), como meio técnico científico informacional. Esta fase se estabelece no território através de transformações que agregam diversas partes do país e impõe fluxos de ordens e espessura diversas na rede urbana que vai se consolidando. Nas palavras de Santos este período pode ser compreendido como

O momento histórico em que a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência, de técnicas e de informação (SANTOS, 1993, p. 37).

Essa mecanização do território, ou sua estruturação para interligar os centros, só foi possível após a década de 1950, quando as estradas de ferro são conectadas pelo projeto rodoviário, pondo em contato as diversas regiões e convergindo os fluxos para região polar do país, São Paulo principalmente. Cabe destacar que o projeto rodoviário teve sua força ampliada com o governo de Juscelino Kubitschek, além disso, a construção de Brasília, também fruto do governo de Juscelino Kubitschek, reforçou a dinâmica no interior do território.

O período da ditadura militar, iniciado em 1964, fortalece a integração das áreas através de um projeto de rápida integração no país. A intenção era uma internacionalização das produções nacionais, para tanto se estimulou a economia visando atender e impulsionar o mercado consumidor e responder a uma demanda externa. É neste período que o país, novamente, se torna um grande exportador, tanto de novos produtos agrícolas, como a soja e os cítricos,

quanto de produtos industrializados.

Dada a dimensão territorial do Brasil, a rede urbana que se estruturava e ainda se estrutura pode ser enxergada do ponto de vista da rede, com nós e conexões. É importante destacar que, ainda hoje, os espaços que meandram estes nós e conexões não foram muito estudados e, nem sempre fazem parte desta divisão territorial do trabalho que foi sendo construída. Estes interstícios, por não serem analisados com a mesma força com que são analisadas as cidades grandes e médias, muitas vezes são enxergados de forma errônea. Na visão de Santos (1993), por exemplo, o Cerrado já foi visto como uma área deserta.

Mas, de uma maneira geral, se até a década de 1950 ainda era grande a importância de economias de auto-subsistência em algumas regiões do país, esse fenômeno vai, a partir de então, tendendo ao desaparecimento.

A conclusão a que se chega com uma análise do período ditatorial é a de que o país se estrutura em uma nova divisão territorial do trabalho em que todos podem e devem produzir e estimular tanto um mercado interno quanto atender as demandas externas. Se antes, apenas as áreas do sudeste do país eram as grandes exportadoras, após o período ditatorial, todo o território nacional se torna, novamente, um produtor em potencial.

Esta diferença de pensamento implicará os novos investimentos para que outras áreas do território passem a ser altamente produtivas. Mas, como proceder para tanto? Segundo Santos (2008),

Esse movimento [...] no território e na sociedade, vai dar, em consequência, uma nova urbanização brasileira. Um dos elementos fundamentais de sua explicação é o fato de que aumentou no Brasil, exponencialmente, a quantidade de trabalho intelectual. [...] Tudo isso conduz a amplificação da terciarização (ou quartenarização?) que, nas condições brasileiras quer dizer também urbanização (SANTOS, 1993, p. 53 e 54).

Além disso, quer dizer também que o pensamento voltado ao território será também cada vez mais científico e técnico, buscando especializar a produção nacional. Um exemplo disto é a criação da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) em 1973, fruto da demanda de conhecimentos específicos e técnicos sobre as características do país e da produção, ou possível produção. Os centros de pesquisa foram construídos em diferentes áreas do país, cabe destacar a localização destes nas áreas no interior do território, com o intuito de especializar e fornecer suporte técnico para o potencial de cada área. Ou, criar e desenvolver o potencial quando este ainda não estava formulado. Assim, foram criados os centros nacionais por produtos, Embrapa Trigo (Passo Fundo – RS), Embrapa Arroz e Feijão (em Goiânia-GO), Embrapa Gado de Corte (Campo Grande – MS) e Embrapa Seringueira (Manaus – AM).

Paralelo ao fenômeno de especialização produtiva, ocorre também o fenômeno do consumo no Brasil. Sabemos que ao longo do tempo, houve diversas mudanças na relação entre a produção e o consumo, e a mudança mais significativa estava em fase de ascensão. Esta mudança torna o consumo de sobrevivência cada vez mais diversificado.

[...] amplia-se o consumo no Brasil. A gama de artigos de consumo aumenta enormemente. A expansão do consumo da saúde, da educação, do lazer, é paralela à do consumo das batedeiras elétricas, televisões, e de tantos outros objetos, do consumo das viagens, das idéias, das informações, do consumo das esperanças, tudo isso buscando uma resposta concentrada, que leva à ampliação do fenômeno da urbanização [...] (SANTOS, 1993, p. 54).

Obviamente este crescimento do consumo não se deu exclusivamente no Brasil. A economia mundial o estruturou, os países centrais também vêem esse processo de aumento de produtos imprescindíveis e por isso mesmo a produção mundial é obrigada a aumentar, se especializar e se organizar com mais eficiência para abastecer esse mercado de produtos diariamente diferenciados e comprados.

A indústria então se dissemina e transforma a produção agrícola em produção agroindustrial. O que, no Brasil, se dá de maneira exorbitante, tanto pelas vastas áreas potencialmente produtivas quanto pelo investimento que começa a ser destinado a essas produções. Portanto, novas áreas são chamadas a participar da divisão territorial do trabalho e, novos capitais

destinados a este processo.

Os capitais destinados a tornar a agricultura em indústria são, em geral, estrangeiros e altamente transformadores,

[...] o sistema urbano é modificado pela presença de indústrias agrícolas não urbanas, frequentemente firmas hegemônicas, dotadas não só de capacidade extremamente grande de adaptação à conjuntura, como também da força de transformação da estrutura, porque têm o poder da mudança tecnológica e de transformação institucional. Fortes por sua influência junto ao Estado terminam por mudar as regras do jogo da economia e da sociedade à sua imagem. Dotadas de uma capacidade de inovação que as outras não têm, fazem com que o território passe a ser submetido a tensões muito mais numerosas e profundas, pulsações que, vindas de grandes firmas, impõem-se sobre o território, levando a mudanças rápidas e brutais dos sistemas territoriais em que se inserem (SANTOS, 1993, p. 55).

Com isso, as cidades vão se estruturando com funções produtivas diferentes. Para Santos (2008), quanto mais intensa a divisão do trabalho, mais cidades surgem e mais diferentes são umas das outras. Pois, a força da divisão do trabalho, da sua especialidade chama novas áreas a participar e cooperar para reforçá-la, assim as cidades vão sendo cooptadas para realizar determinadas funções, em geral, diferentes umas das outras, o que vai moldando um cenário regional de especialização em que cada cidade cumpre uma parte da produção.

Isso é possível porque os transportes se difundiram e, à criação de grandes autopistas, soma-se, nas regiões mais desenvolvidas, uma criação tão grande ou maior de estradas vicinais; desse modo, a circulação torna-se fácil e o território fluido. E essa fluidez do território tem como consequência uma acessibilidade (física e financeira) maior dos indivíduos (SANTOS, 1993, p. 57).

Paralelo ao movimento de convergência e complementaridade de funções, nas áreas onde a divisão do trabalho é menos densa, ao invés de especializações urbanas, há uma acumulação de funções numa mesma cidade e as cidades e suas relações de interdependência são mais distantes umas das outras. Cabe lembrar que a distância geográfica entre as cidades no Brasil também difere em função da característica da divisão das terras, onde há propriedades maiores, latifúndios, as distâncias são sempre maiores de uma cidade para outra.

Exemplo de divisão do trabalho mais densa pode ser percebido em áreas do território que estruturam os chamados complexos agroindustriais. Esses são formados por cidades que se especializam e unem diversas outras para adensar a divisão do trabalho, por exemplo, a região do Vale do Rio Pardo – RS que, a partir da década de 1960, se especializa e internacionaliza sua atividade agroindustrial fumageira; a região Sudoeste de Goiás que vem se especializando na atividade agroindustrial produtora de grãos e, chama diversas cidades para participar ou da produção de grãos ou de atividades relacionadas a esta produção como a criação de aves que se utilizarão desta produção. Cabe lembrar que estas áreas, ou as empresas que se instalam nelas, podem ser extremamente dinâmicas, alterando suas especializações. No Sudoeste de Goiás, recentemente, está sendo inserido o cultivo da cana e instaladas diversas usinas, o que poderá alterar as configurações desta região especialista na produção de grãos.

Assim, quanto maior for a interação entre as cidades de uma rede urbana, mais acelerado é o processo de divisão territorial do trabalho e, quanto mais acelerado e coeso, mais possibilidades de avanço nos índices de urbanização que renova a divisão do trabalho, formando um círculo que poderá impulsionar a divisão territorial do trabalho para um novo patamar na divisão internacional do trabalho. E, a divisão internacional do trabalho é um projeto das áreas centrais mundiais, que estimulam diversos países a participarem de uma produção mundial, estimula países como o Brasil a reforçar suas exportações para abastecer essa divisão. Neste projeto internacional os países têm alterados seus espaços e suas relações sociais, econômica e culturais.

Neste sentido, uma dinâmica interdependente se estrutura a partir de uma nova especialização na qual o país se destaca como agro-exportador, mas que assume, nessa terceira divisão territorial do trabalho, novas especializações crescentemente carregadas de técnicas e que chama, cada vez mais, novas regiões a participar da divisão do trabalho, visando uma dinâmica interna que some esforços para a construção de um espaço diversamente produtivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o processo de urbanização atrelado às diferentes divisões territoriais do trabalho ao longo do tempo surgiu como uma idéia de auxiliar a compreensão do processo de urbanização no Brasil. Sistematizar brevemente essa idéia, unindo alguns períodos históricos, tratados de maneira tradicional pela história, aos diferentes espaços com o qual se relacionava o país permitiu exemplificar esta proposta tanto metodológica quanto teórica cujo principal foco foi buscar uma forma de pensar a história do ponto de vista das relações do espaço, ou das relações que se estabeleceram no espaço.

Para sintetizar as relações estabelecidas no espaço ao longo do processo histórico do território brasileiro buscamos dialogar com Galeano (1978), em função de suas contribuições críticas que fazem uma ligação direta entre a estruturação de nossa sociedade e os interesses econômicos externos ao país. Inserimos também as argumentações de Fausto (2001) que considera uma dinâmica não só atrelada aos interesses estrangeiros, alegando que havia uma dinâmica interna econômica, comercial, e social e que esta se estabelecia de maneira independente. Além disso, para voltar nosso olhar à geografia nacional, trouxemos as abordagens de Santos (1982, 1993, 1996) que enxerga os processos a partir e no espaço articulando diferentes interesses. Vimos que em alguns momentos Santos se aproximou da abordagem de Galeano demonstrando a articulação de fluxos internacionais aos interesses espaciais nacionais.

Neste sentido foram delimitadas três principais divisões territoriais do trabalho. A primeira relacionada ao período da relação Colônia e Metrópole em que podem ser analisadas relações, em geral, voltadas para uma dinâmica dependente, em que os fluxos de uma produção ou extração eram canalizados para Portugal e Inglaterra e, uma dinâmica independente na qual alguns habitantes locais buscavam se afirmar comercial e economicamente. Entretanto, esta independência é dificilmente enxergava, visto que as relações comerciais e econômicas sempre estiveram vinculadas a diversos fluxos. Relacionamos a segunda divisão do trabalho ao período de consolidação do Brasil como República e o associamos ao Período Getulista por fins de síntese e porque ambos os períodos ficaram marcados historicamente por afirmar o interesse em um país potencialmente independente e produtivo. Neste período houve uma ampliação das relações entre territórios, o Brasil assume uma postura mais aberta à diferentes relações e possibilita a diversificação da origem e da ordem dos fluxos. A terceira divisão territorial do trabalho relacionou o final do Período Getulista até os dias atuais. Neste recorte trouxemos algumas relações que demonstraram a continuidade da abertura e diversificação das relações entre o país e outros territórios.

As diferentes divisões do trabalho ocorridas ao longo do tempo no Brasil podem nos demonstrar, portanto, como se estruturam as relações no espaço, como se diversificam ou não as relações entre os países, e como cada lugar é chamado a participar dessas relações, através de diferentes interesses políticos, econômicos e sociais exemplificando mais uma vez como a transformação dos espaços e das relações está condicionada aos agentes e a uma conjuntura histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANO, W. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil. 1930-1970*. Ed. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1985.

CORRÊA, R. L. *A Rede Urbana*. São Paulo, Ática, 1989.

_____. Os Centros de Gestão do Território: uma nota. *Revista Território*, nº 11,12 e 13, anos 2002/2004.

_____. Rede Urbana e Formação Espacial – Uma Reflexão considerando o Brasil. *Revista Território* 8 (121-128), 2000. Disponível em: <<http://www.laget.igeo.ufrj.br/territorio/>>

_____. *Região e Organização Espacial*, 4 ed. Ed. Ática, São Paulo, 1991

_____. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DAHER, T. *Goiânia, uma utopia européia do Brasil*. Instituto Centro Brasileiro de Cultura, Goiânia, 2003.

FAUSTO, B. *História Concisa do Brasil*. São Paulo, Edusp, 2001.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. Col. *Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro*. 27 ed. Companhia Editora Nacional: Publifolha, São Paulo, 2000.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.

PRADO JUNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. 3 ed. Ed. Brasiliense, Brasília, 1987.

PONTES, J. A. V. *São Paulo de Piratininga: De Pouso de Tropas à Metrópole*. Ed. Terceiro Nome, São Paulo, 2003.

SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo, Hucitec, 1988.

_____. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e Emoção. São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1993.

_____. *Espaço e Sociedade*. (Ensaio) Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.

_____. *O Espaço Dividido*. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil – Território e Sociedade no início de século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.